



Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
13/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 13

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 16:15 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Maria João Santos Roldão Gomes encontra-se a substituir o Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado, que apresentou pedido de suspensão de mandato, apreciado na reunião de 05/06/2014.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO “FORNECIMENTO E CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES PARA PARTICIPANTES NO CAMPO DE FÉRIAS A REALIZAR NA COLÓNIA DE FÉRIAS AFONSO LOPES VIEIRA 2014”
2. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, MARINHA GRANDE POENTE E VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015”

3. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR, NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, MARINHA GRANDE POENTE E VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015”
4. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E RESPECTIVO PARECER A EMITIR POR AUDITOR EXTERNO PARA OS ANOS DE 2014, 2015 E 2016
5. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE "DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2014/2015”
6. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE "DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015”
7. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ATIVIDADE FÍSICA/GÍMNICA (PSICOMOTRICIDADE) AOS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INSERIDOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2014/2015”

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Depois de o Sr. Presidente dar por iniciada a reunião, com a discussão do ponto 1 da ordem do dia, o Sr. Vereador Aurélio Ferreira pediu a palavra, tendo proferido a declaração cujo conteúdo se transcreve e se anexa à presente ata (Anexo 1):

*“DECLARAÇÃO\_21/2014*

*Assunto: Declaração de oposição à realização da reunião extraordinária-13 junho 2014*

*Considerando que:*

- a) nos termos do artigo 35.º, n.º 1, alínea n), do Regime Jurídico das Autarquias Locais (adiante RJAL): «Compete ao presidente da câmara municipal: Convocar as reuniões extraordinárias»;*
- b) o n.º 2 do artigo 41.º, do RJAL, e o n.º 2 do artigo 12.º, do Regimento da Câmara Municipal da Marinha Grande, referem, respectivamente, que «As reuniões extraordinárias são convocadas com, pelo menos, dois dias de antecedência por protocolo, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no n.º 3 do artigo anterior» e «As reuniões extraordinárias são convocadas com dois dias de antecedência por protocolo.»;*
- c) nos termos do artigo 53.º, n.º 2, do RJAL, «A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação»;*
- d) esta reunião extraordinária foi convocada, unicamente, por intermédio de correio electrónico;*
- e) recebi email no dia 11 de Junho de 2014 às 17h57, com uma presumível convocatória para uma reunião extraordinária a realizar-se no dia 13 de Junho de 2014, às 16h00, com a indicação de cinco pontos da ordem de trabalhos;*
- f) solicitei que me fosse enviada a documentação referente aos processos agendados até ao dia 12 de junho 2014 às 16h00 de modo a que pudesse avaliar os pontos agendados e, até ao momento desta reunião, nada me foi facultado (através de email enviado no dia 11 de junho às 22h44);*
- g) recebi outro email, no dia 12 de Junho de 2014, às 19h00, onde são aditados mais dois pontos à ordem enviada no primeiro email;*
- h) que nos termos do artigo 51.º, do RJAL, «A ilegalidade resultante da inobservância das disposições sobre convocação de sessões ou reuniões só se considera sanada quando todos os membros do órgão compareçam e não suscitem oposição à sua realização»;*
- i) estou de boa-fé, quero fazer parte das melhores soluções e contribuir para o bom funcionamento das reuniões de Câmara,*
- j) pugno pela legalidade das deliberações tomadas;*

*Perante esta situação, peço para que não volte a acontecer este procedimento, e para que não se prejudiquem as entidades e os munícipes envolvidos, decido que poderemos avançar com a reunião.”*

**1 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO  
º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE  
ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DO “FORNECIMENTO E  
CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES PARA PARTICIPANTES NO CAMPO DE FÉRIAS A REALIZAR  
NA COLÓNIA DE FÉRIAS AFONSO LOPES VIEIRA 2014”**

486 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao

art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que *“(…) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”*.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), *“Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”*, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 14021/2014 e informação I/887/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade da contratação do *“Fornecimento e confeção de refeições para participantes no campo de férias a realizar na Colónia de Férias Afonso Lopes Vieira 2014”*, cujo contrato a celebrar

carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de fornecimento e confeção de refeições a crianças e jovens, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 30/04/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que por despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara, datado de 28/05/2014, foi aberto procedimento n.º 21/2014-AP/DCD com o objeto “*Fornecimento e confeção de refeições para participantes no campo de férias a realizar na Colónia de Férias Afonso Lopes Vieira 2014*”, cujo procedimento adotado foi o concurso público e que a única proposta apresentada foi excluída por não respeitar o preço base definido no procedimento.

Considerando que as actividades na colónia de férias Afonso Lopes Vieira se iniciam a 7 de julho e que na presente data não é possível a realização de outro procedimento que não o ajuste direto previsto no artigo 20º n.º 1 alínea a) do Código dos Contratos Públicos com convite à empresa UNISELF-SOCIEDADE DE RESTAURANTES PUBLICOS E PRIVADOS, SA, por ter sido esta a única que apresentou proposta no âmbito do P.A. n.º 21/2014-AP/DCD.

Considerando que a UNISELF-SOCIEDADE DE RESTAURANTES PUBLICOS E PRIVADOS, SA possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação do “*Fornecimento e confeção de refeições para participantes no campo de férias a realizar na Colónia de Férias Afonso Lopes Vieira 2014*”, na classificação orgânica/económica 06/020105, ação do PAM 2014/A/147, tendo sido emitido o respetivo cabimento pela contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 10.579,20€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e o mesmo foi apurado com base nos preços unitários apresentados na única proposta no âmbito do P.A. n.º 21/2014-AP/DCD.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para o *“Fornecimento e confeção de refeições para participantes no campo de férias a realizar na Colónia de Férias Afonso Lopes Vieira 2014”*, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4, n.º 5 e n.º 9, todos do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação do *“Fornecimento e confeção de refeições para participantes no campo de férias a realizar na Colónia de Férias Afonso Lopes Vieira 2014”*.**

**A presente deliberação só produz efeitos no dia útil seguinte ao término da audiência prévia do P.A. N.º 21/2014-AP/DCD.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**2 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, MARINHA GRANDE POENTE E VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015”**

487 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.



carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que *“(…) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”*.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), *“Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”*, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos

requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 14002/2014 e informação l/724/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de *“Atividades de animação de bibliotecas escolares para os agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de actividades de animação de bibliotecas escolares, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 26/05/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
13/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 13

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação dos serviços de *“Atividades de animação de bibliotecas escolares para os agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2014/A/62, tendo sido emitido o cabimento n.º 1356/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 11.934,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi calculado atento o preço unitário contratado no ano de 2013 para o mesmo serviço, que foi de 3,90€/hora, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Atividades de animação de bibliotecas escolares para os agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015”*.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR, NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, MARINHA GRANDE POENTE E VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015”**

488 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) *O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)*”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “*Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro*”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 14011/2014 e informação 1/741/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de “*Atividades de animação para o ensino pré-escolar, no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015*”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de actividades de animação para o ensino pré-escolar, no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia,

sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 26/05/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público de acordo com o disposto nos artigos 16.º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação dos serviços de *“Atividades de animação para o ensino pré-escolar, no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2014/A/60, tendo sido emitido o cabimento n.º 1357/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 44.798,85€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi calculado atento o preço unitário contratado no ano de 2013 para o mesmo serviço, que foi de 5,65€/hora, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos**

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
13/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 13

n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Atividades de animação para o ensino pré-escolar, no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E RESPECTIVO PARECER A EMITIR POR AUDITOR EXTERNO PARA OS ANOS DE 2014, 2015 E 2016**

489 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que *“(...) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”*.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), *“Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”*, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;



- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 11844/2014 e informação, ambas da DFTI, acompanhada de despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, com o n.º 185/2014, datado de 19 de maio de 2014, determinando a necessidade de se proceder à ***“Contratação de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir por auditor externo para os anos de 2014, 2015 e 2016”***, para cumprimento do preceituado no n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro e atento o disposto no artigo 77.º da mesma Lei, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir por auditor externo para os anos de 2014, 2015 e 2016, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 15/04/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que, o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir por auditor externo para os anos de 2014, 2015 e 2016, e que esses serviços não podem ser assegurados por recursos próprios da entidade adjudicante, conforme decorre dos próprios Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 487/99 de 16 de Novembro, alterado e republicado em anexo ao Decreto-lei n.º 224/2008 de 20 de Novembro e que atento o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal com o n.º 185/2014, datado de 19 de maio de 2014, foi determinado que o convite deverá ser endereçado à sociedade de revisores APPM ANA CALADO PINTO PEDRO MACHADO ILIDIO CESAR FERREIRA E ASSOCIADO SROC LDA, inscrita na lista de Revisores Oficiais de Contas com o n.º 223, representada por Ana Calado Pinto com o N.º de ROC 1.103, pelo que se consideram cumpridos os requisitos dispostos no n.º 2 do art.º 127 do Código dos Contratos Públicos, atenta redação preceituada na Lei do Orçamento de Estado de 2012.

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
13/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 13

Considerando que a entidade a convidar possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014, 2015 e 2016 para a ***“Contratação de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir por auditor externo para os anos de 2014, 2015 e 2016”***, na classificação orgânica/económica 0103/020214, ação do PAM 2014/A/37, tendo sido emitido o cabimento n.º 1472/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 31.485,60€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi calculado atento o preço anual contratado no ano de 2012 para o mesmo serviço, que foi de 10.495,20€/ano, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no artigo 35.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na sua redação atual, e no art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redação atual, e de acordo com o disposto no n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à ***“Contratação de serviços de certificação legal das contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir por auditor externo para os anos de 2014, 2015 e 2016”***.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Maria João Gomes.**

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
13/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 13

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Votei favoravelmente porque pela experiência no passado recente foi-nos informado que tecnicamente é a empresa mais competente.”*

**O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Votei favoravelmente o parecer prévio vinculativo para a contratação de serviços de certificação legal das contas do município para os anos de 2014 a 2016 porque a lei a isso nos obriga, deliberar sobre o parecer prévio e propor o auditor à Assembleia Municipal. A forma de contratação dos serviços não está em discussão uma vez que o preço base a aplicar, 31.485,60€, é uma das competências do Sr. Presidente. No entanto corroboro e apoio o despacho do Sr. Presidente que determinou o convite à sociedade de revisores que ultimamente tem executado o trabalho de auditoria externa às contas do município e que foi reconhecido e elogiado em declarações de voto aquando da aprovação das contas do município de 2013, por mim próprio, e pelos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Vítor Pereira, conforme consta da ata n.º 09, da reunião de Câmara de 16 de Abril de 2014.”*

**A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto contra não pondo em causa a competência técnica da empresa mas por uma questão de se tratar de dinheiros públicos seria desejável o concurso público.”*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Votei favoravelmente o parecer prévio vinculativo tendo em consideração que a proposta do auditor é da competência do Sr. Presidente da Câmara. Tive igualmente em consideração o parecer favorável dos serviços financeiros e a qualidade dos serviços prestados pela auditoria em anos anteriores e que são do meu conhecimento pessoal.”*

**5 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE "DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2014/2015"**

Assunto retirado da ordem do dia, para análise da possibilidade de iniciar a prestação de serviços em 17/09/2014, no início do ano letivo.

**6 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE "DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015"**

490 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) *O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)*”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “*Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro*”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 14016/2014 e informação I/793/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de “*Dinamização e ensino de natação para os alunos dos jardins-de-infância e do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015*”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de actividades de ensino da natação, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 05/06/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DCD propõe o convite ao INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação dos serviços de *“Dinamização e ensino de natação para os alunos dos jardins-de-infância e do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2014/A/59, tendo sido emitido o cabimento n.º 1468/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 10.958,88€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi calculado atento o preço unitário contratado no ano de 2013 para o mesmo serviço, que foi de 9,48€/hora, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Dinamização e ensino de natação para os alunos dos jardins-de-infância e do 1º ciclo***

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
13/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 13

*do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015”.*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“É um grande orgulho para a terra a aprendizagem da natação na Marinha Grande, mas entendo que se deve encarar a possibilidade de futuramente se fazer concurso público.”*

**7 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ATIVIDADE FÍSICA/GÍMNICA (PSICOMOTRICIDADE) AOS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INSERIDOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2014/2015”**

491 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que *“(...) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”*.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), *“Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”*, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;



- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014.

Presente a requisição interna n.º 14017/2014 e informação I/793/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de *“Atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande inseridos nos agrupamento de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2014/2015”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de actividades física e gímnica, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 05/06/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que a DCD propõe o convite à ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA MARINHA GRANDE e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação dos serviços de *“Atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande inseridos nos agrupamento de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2014/2015”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2014/A/59, tendo sido emitido o cabimento n.º 1467/2014.

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
13/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 13

Considerando que o preço base a aplicar é de 24.914,52€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi calculado atento o preço unitário contratado no ano de 2013 para o mesmo serviço, que foi de 27,14€/hora, acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Atividade física/gímnica (psicomotricidade) aos alunos dos jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande inseridos nos agrupamento de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2014/2015”*.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Entendo que se deve encarar a possibilidade de futuramente se fazer concurso público.”*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

**492 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.º s 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18:40 horas.**

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
13/06/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 13

No final foi elaborada esta ata, que eu, **Maria Fernanda Carvalho Vaz**,  
Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º  
75/2013, de 12 de setembro.

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**